

Evolução da Saúde Pública no Brasil

UNIDADE 2 – Processo de formulação e implementação
da PNPIIC

Prof (a). Ana Laux

Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) representa um *marco na saúde pública brasileira*, integrando abordagens terapêuticas complementares ao Sistema Único de Saúde. Instituída **em 2006**, esta política foi construída através de um processo participativo envolvendo diversos atores sociais.

Ao longo desta apresentação, exploraremos como a PNPIC foi desenvolvida, seus princípios fundamentais, diretrizes e o contexto histórico de sua implementação, além de analisar sua evolução e os desafios enfrentados na consolidação destas práticas no sistema de saúde brasileiro.



Grupos de Trabalho na Construção da PNPIC

"A formulação de políticas públicas em saúde requer um processo participativo e colaborativo para garantir sua *efetividade e legitimidade*.

No âmbito da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), a regulamentação das PICS foi estruturada por meio de Grupos de Trabalho (GTs) e Consultas Públicas, garantindo a inclusão de perspectivas científicas, técnicas e populares. Esses mecanismos possibilitaram a construção de diretrizes amplas e atendidas às demandas da população brasileira."



Grupos de Trabalho na Construção da PNPIC

Âmbito Federal

Compostos por Técnicos do Ministério da Saúde, pesquisadores e representantes de entidades de classe, responsáveis por coordenar as diretrizes nacionais da política.

Âmbito Estadual e Municipal

Fóruns e comitês locais criados para debater a implementação das práticas integrativas, considerando as especificidades regionais e culturais de cada localidade.

Objetivos dos GTs

Avaliar evidências científicas e empíricas, analisar experiências internacionais em medicina integrativa e definir critérios para a inserção das PICS no sistema público de saúde.



Consultas Públicas na Formulação da Política

1

Audiências Públicas

Espaços de debate presencial onde profissionais, gestores e cidadãos puderam expressar opiniões sobre a inserção das práticas integrativas no SUS, contribuindo para a legitimação da política.

2

Encontros Regionais

Reuniões organizadas em diferentes regiões do país para captar as especificidades culturais e necessidades locais, garantindo que a política contemplasse a diversidade brasileira.

3

Plataformas Digitais

Canais online disponibilizados pelo governo onde interessados puderam submeter propostas, sugestões e críticas, ampliando o alcance da participação popular na construção da PNPIC.



Objetivos da Política Nacional de Práticas Integrativas

1 Incorporação no SUS

Integrar as práticas integrativas e complementares na perspectiva da prevenção de doenças e promoção da saúde, especialmente na atenção básica, garantindo um cuidado contínuo e humanizado aos usuários.

2 Aumento da Resolubilidade

Contribuir para a eficácia do Sistema Único de Saúde e ampliar o acesso da população às práticas integrativas, garantindo qualidade, eficiência e segurança no uso dessas terapias alternativas.

3 Racionalização das Ações

Estimular alternativas inovadoras que contribuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades, integrando conhecimentos tradicionais e científicos no cuidado à saúde.

4 Estímulo ao Controle Social

Promover o envolvimento ativo e contínuo de usuários, gestores e profissionais de saúde na implementação e efetivação das práticas integrativas no sistema público de saúde.



Diretrizes Fundamentais da PNPIC

Estruturação da Atenção

Desenvolver e consolidar serviços que ofereçam práticas integrativas em diferentes níveis de atenção à saúde, com foco prioritário na atenção básica e no fortalecimento da rede de cuidados.

Qualificação Profissional

Implementar estratégias de formação e capacitação para profissionais do SUS, alinhadas aos princípios da educação permanente, garantindo a oferta de serviços de qualidade à população.

Divulgação e Informação

Promover o conhecimento sobre as práticas integrativas entre profissionais, gestores e usuários, valorizando metodologias participativas e saberes populares e tradicionais.

Acesso a Medicamentos

Assegurar a disponibilidade de medicamentos homeopáticos e fitoterápicos no SUS, ampliando a produção pública e garantindo a assistência farmacêutica adequada aos usuários.

Princípios Fundamentais da PNPIC

Respeito à Dignidade Humana

Reconhecer e valorizar a individualidade de cada pessoa, oferecendo um cuidado que atende às suas necessidades e contextos específicos dentro do sistema de saúde.

Integralidade do Cuidado

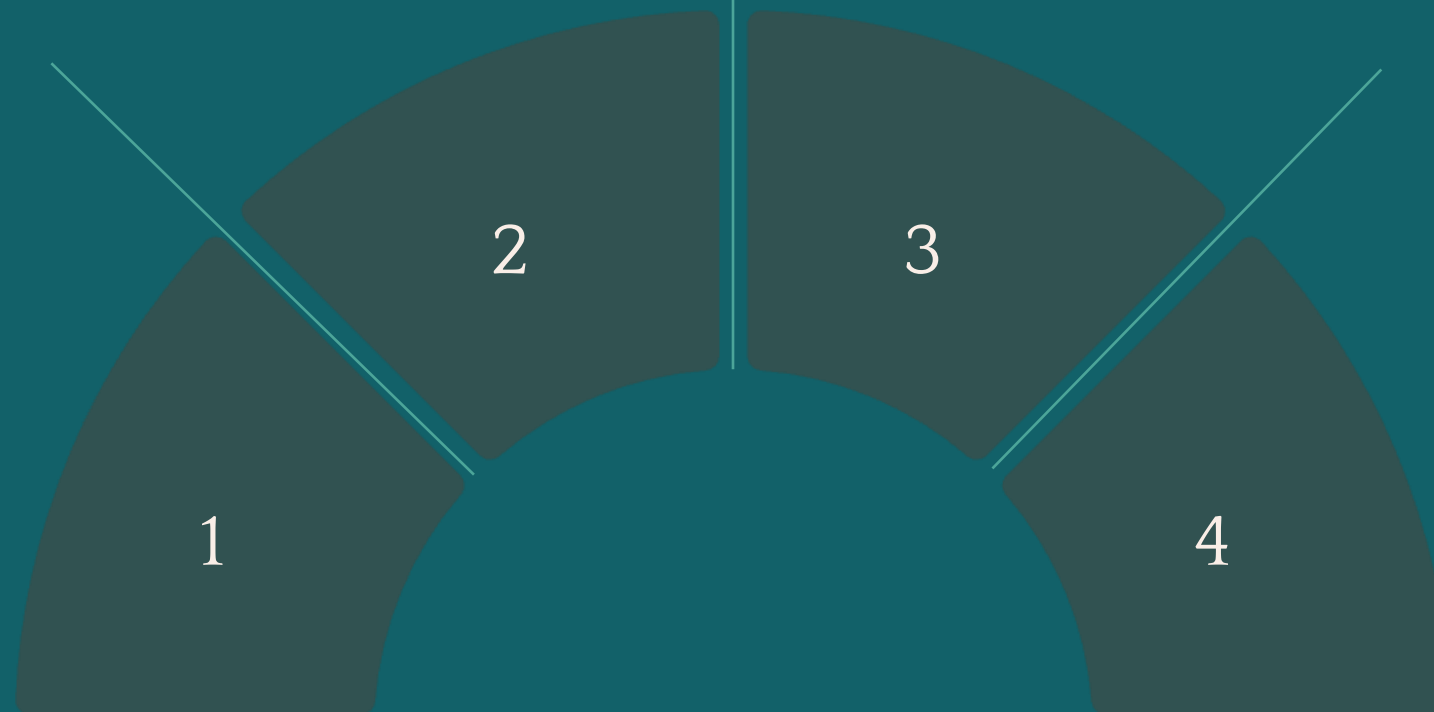
Considerar o ser humano em suas dimensões físicas, mentais, emocionais e sociais, proporcionando uma abordagem holística na atenção à saúde dos usuários.

Acesso Universal

Garantir que todas as pessoas tenham acesso às práticas integrativas, sem discriminação, promovendo a equidade no cuidado e na atenção à saúde da população.

Valorização dos Saberes Tradicionais

Reconhecer e integrar conhecimentos tradicionais e populares às práticas de saúde, respeitando a diversidade cultural brasileira e promovendo o diálogo entre diferentes saberes.





Contexto da Publicação da Portaria nº 971/2006

Contexto Político

Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), que promovia políticas voltadas para a inclusão social e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, valorizando abordagens mais amplas do cuidado à saúde.

Influência Internacional

A Organização Mundial da Saúde vinha incentivando a adoção de práticas integrativas nos sistemas de saúde, reconhecendo sua relevância para a promoção da saúde e prevenção de doenças em diversos países.

Demanda Nacional

Crescente interesse da população brasileira por práticas integrativas e complementares, impulsionado pelo reconhecimento dessas terapias e pela organização de profissionais e pesquisadores da área.

Práticas **Inicialmente** Incluídas na PNPIC



Medicina Tradicional Chinesa/Acupuntura

Sistema médico integral milenar que utiliza conceitos da energia vital (Qi) e técnicas como a inserção de agulhas em pontos específicos do corpo para promover saúde e tratar doenças.



Fitoterapia

Terapêutica caracterizada pelo uso de plantas medicinais em diferentes formas farmacêuticas, valorizando o conhecimento tradicional e os avanços científicos para o tratamento de doenças.



Homeopatia

Sistema médico complexo baseado no princípio da similitude, utilizando substâncias diluídas e dinamizadas para estimular a reação do organismo contra sintomas semelhantes aos da doença.

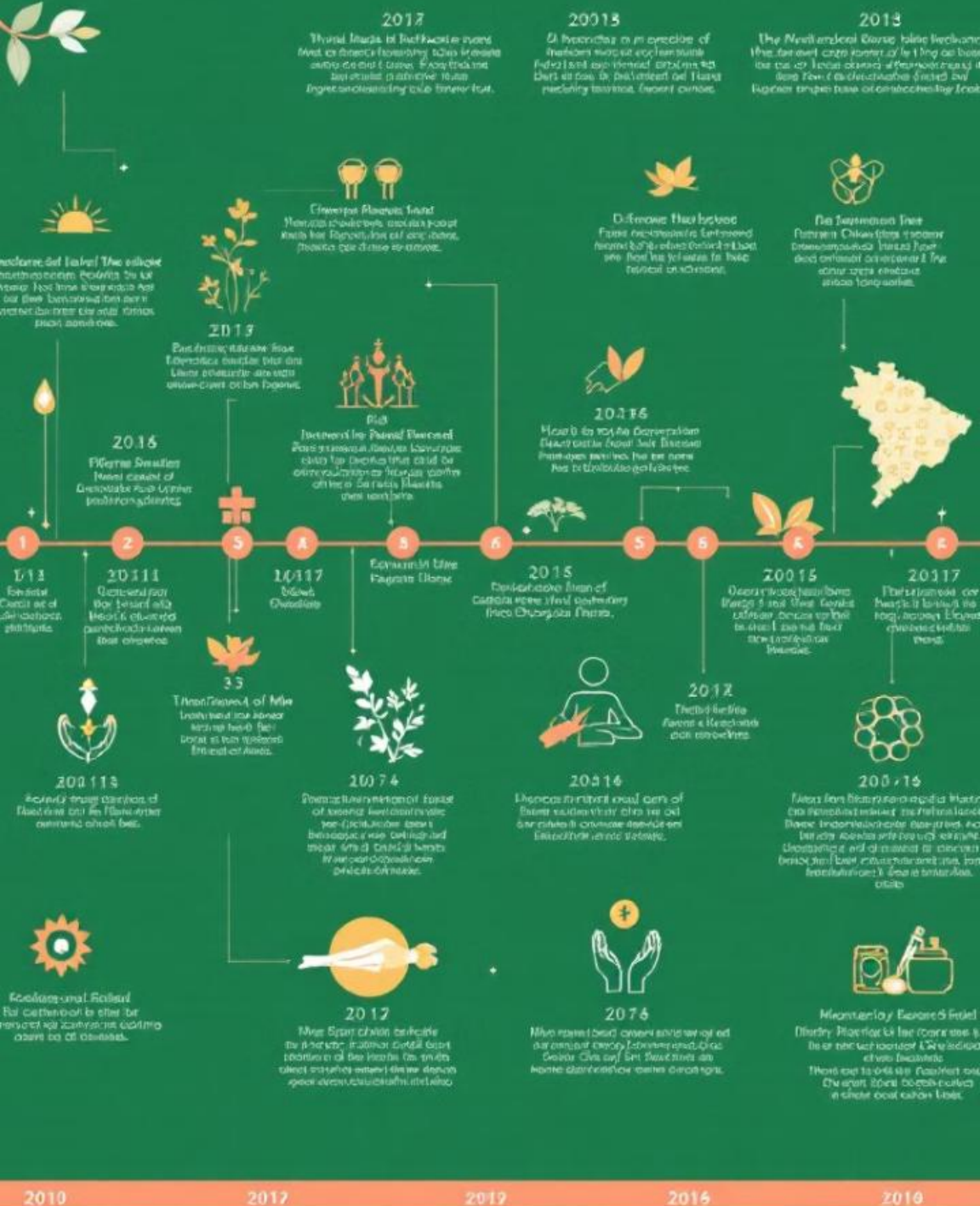


Termalismo/Crenoterapia

Uso de águas minerais e termais com propriedades terapêuticas para tratamentos de saúde, aproveitando os recursos naturais disponíveis em diversas regiões do Brasil.



Timeline: integrative practices in Brazilian Healthcare



Expansão da PNPIC (2006-2017)

2006-2015

Implementação inicial das cinco práticas originais, principalmente na atenção primária, através das Unidades Básicas de Saúde e Núcleos de Apoio à Saúde da Família, com mais de 9 mil estabelecimentos do SUS oferecendo práticas integrativas até 2015.

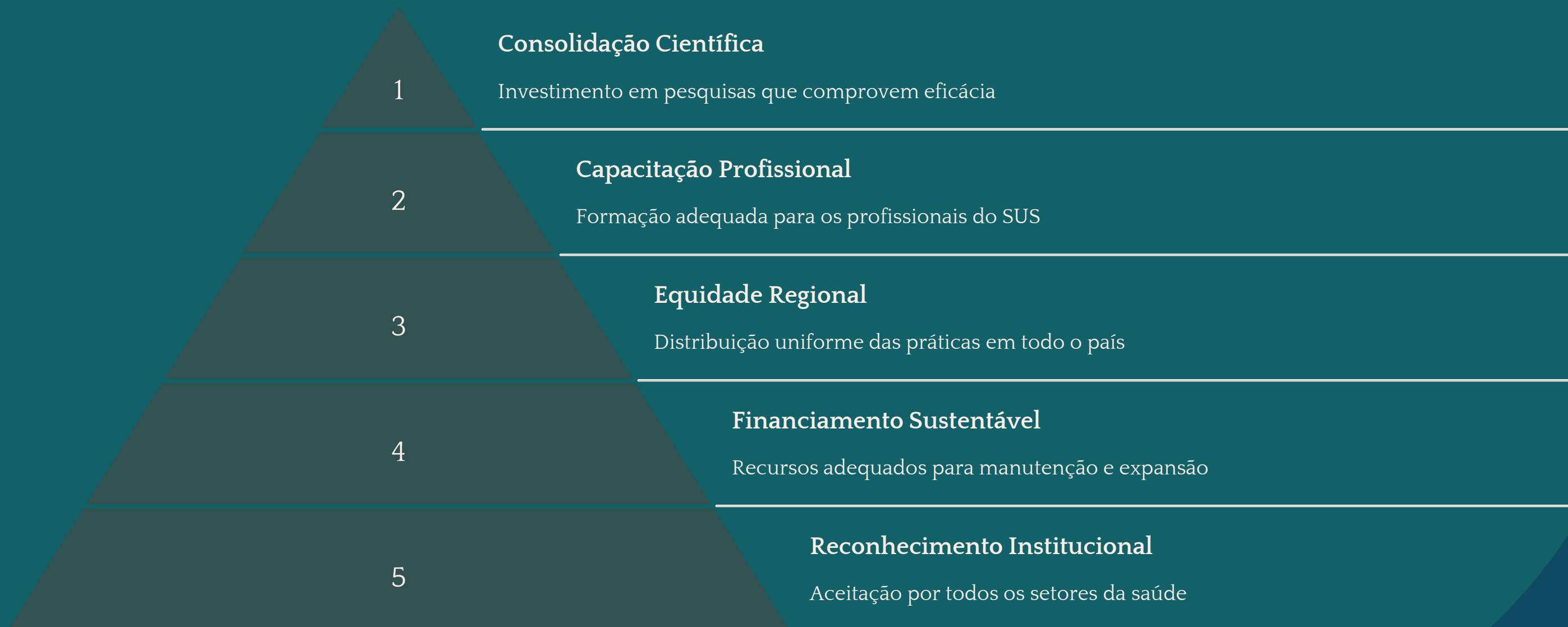
2017

Publicação da Portaria nº 702/2017, que expandiu significativamente o número de práticas oferecidas pelo SUS de 5 para 29 modalidades, incluindo yoga, meditação, aromaterapia, musicoterapia e outras terapias complementares.

2017-2023

Fortalecimento da presença das práticas integrativas no SUS, com aumento expressivo da oferta nas Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atenção Psicossocial e hospitais públicos em todo o território nacional.

Desafios Atuais



Perspectivas Futuras

Pesquisa Científica

1

Ampliação de pesquisas que comprovem eficácia

Capacitação Profissional

2

Ampliação dos programas de capacitação profissional no território nacional

Garantia e ampliação de Equidade

3

Distribuição uniforme das práticas em todos os serviços de saúde pública do país

Financiamento

4

Criação e ampliação de recursos para manutenção e expansão das PICs no SUS

Regulamentação de Terapeutas Especializados

5

Aceitação por todos os setores da saúde

Referências Bibliográficas

Amado, Daniel Miele; ROCHA, Paulo Roberto Sousa. "Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC)." In: Toma, Tereza Setsuko; Hirayama, Márcio Sussumu; Barreto, Jorge Otávio Maia; Boeira, Laura; Amado, Daniel Miele; Rocha, Paulo Roberto Sousa (organizadores). *Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: evidências científicas e experiências de implementação*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2021. p. 15-30. Disponível em: https://www.saude.sp.gov.br/resources/instituto-de-saude/homepage/temas-saude-coletiva/pdfs/temas29okweb.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. "Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: Relatório de Monitoramento Nacional." Brasília: Ministério da Saúde, 2023.

Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/2024/relatorio-de-monitoramento-nacional-das-praticas-integrativas-e-complementares-em-saude.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 20 fev. 2025

BARRETO, Franca Alexandre. **Práticas Integrativas em Saúde. Proposições Teóricas e experiências na Saúde e Educação**. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 173.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006. Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 14 jan. 2025

Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: Atitude de Ampliação de Acesso. 2ª edição, Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_praticas_integrativas_complementares_2ed.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 18 jan. 2025.

SANTOS, Andresa Coloia dos; CUNHA, Eunice de Fátima Soares da. **Os caminhos das práticas integrativas e complementares na atenção básica: uma revisão integrativa.** *Revista Destaques Acadêmicos*, [S. l.], v. 11, n. 3, 2019. DOI: 10.22410/issn.2176-3070.v11i3a2019.2260. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2260>. Acesso em: 23 fev. 2025.

TELESI Júnior, E. (2016). **Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS.** *Estudos Avançados*, 30(86), 99–112. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.00100007>. Acesso em: 23 fev. 2025.